Artigo

Mercator, Fortaleza, v.20,e20024, 2021. ISSN:1984-2201

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO LITORAL PIAUIENSE

https://doi.org/10.36517/rm2021.e20024

Solano de Souza Braga [a*] - Anderson Guzzi [b]

(a) Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professor na Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba (PI), Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6231-4756. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/3774316982731542.
(b) Doutor em Zoologia. Professor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba (PI), Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7206-7683. **LATTES:** http://lattes.cnpq.br/1540345567927880.

Article history:
Received 04 February, 2021
Accepted 19 April, 2021
Published 15 August, 2021

(*) CORRESPONDING AUTHOR
Address: UFPI. Avenida São Sebastião, até 2819. CEP: 64202020. Parnaíba, Piauí (PI), Brasil. Tel: (+5531)3318-6797.
E-mail: solanobraga@yahoo.com.br

Resumo

A atividade turística ocorre de forma seletiva e fragmentada do espaço. No litoral do Piauí o processo de fragmentação gerou dois tipos de territorialização: territórios usados X territórios negligenciados pelo turismo. O objetivo desta pesquisa foi identificar e caracterizar esses territórios, levando-se em consideração o adensamento e/ou a dispersão da infraestrutura turística. A metodologia utilizada é de abordagem dialógica para a interpretação da organização espacial e a sua relação com os segmentos turísticos observados no litoral piauiense, utilizando os softwares Excel e ArcGis 10.1 para a sistematização dos dados. A partir das análises realizadas identificou-se como as características da demanda influenciam a organização da infraestrutura turística em algumas áreas dos municípios. Da mesma forma, a organização existente da infraestrutura e os serviços turísticos também moldaram o perfil de visitantes nessas áreas, formando os territórios usados e os territórios negligenciados pelo e/ou para o turismo. Espera-se que este estudo possa subsidiar a tomada de decisão dos poderes públicos locais em relação aos impactos sociais e ambientais da atividade turística.

Palavras-chave: Turismo, Território, Espaço, Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Abstract / Resumen

SPATIAL ORGANIZATION OF TOURIST ACTIVITY ON THE COAST OF PIAUI

Tourist activity occurs in a selective and fragmented manner in space. On the coast of Piauí, this fragmentation process has produced two types of territorialization: used territories versus territories neglected by tourism. This research aimed to identify and characterize these territories, considering the densification and / or dispersion of the tourist infrastructure. The methodology employed is a dialogical approach to interpret the spatial organization and its relationship with the tourist segments observed on the coast of Piauí, using Excel and ArcGis 10.1 software to systematize data. The analyses carried out identified how demand influences the organization of tourism infrastructure in some areas of the municipalities. Likewise, the existing organization of infrastructure and tourist services has also shaped visitor profiles in these areas, forming territories used and / or neglected by tourism. It is hoped that this study can inform decision-making by local public authorities concerning the social and environmental impacts of tourism activities.

Keywords: Tourism, Territory, Space, Geographic Information Systems (GIS).

ORGANIZACIÓN ESPACIAL DE LA ACTIVIDAD TURÍSTICA EN LA COSTA DE PIAUÍ

La actividad turística ocurre de manera selectiva y fragmentada del espacio. En la costa de Piauí el proceso de fragmentación generó dos tipos de territorialización: territorios utilizados vs. territorios abandonados por el turismo. El objetivo de esta investigación fue identificar y caracterizar estos territorios, tomando en cuenta la densificación y/o dispersión de la infraestructura turística. La metodologia utilizada se basa en un enfoque dialógico para la interpretación de la organización espacial y su relación con los segmentos turísticos observados en la costa del estado de Piauí, utilizando los softwares Excel y ArcGis 10.1 para la sistematización de los datos. A partir de los análisis realizados, se identificó cómo las características de la demanda influyen en la organización de la infraestructura turística en algunas zonas de los municipios. De igual manera, la organización existente de la infraestructura y los servicios turísticos también moldearon el perfil de los visitantes en estas áreas, formando los territorios utilizados y los territorios abandonados por y/o para el turismo. Se espera que este estudio pueda contribuir a la toma de decisión de los poderes públicos locales acerca de los impactos sociales y ambientales de la atividad turística.

Palabras-clave: Turismo, Territorio, Espacio, Sistemas de Información Geográfica (SIG).

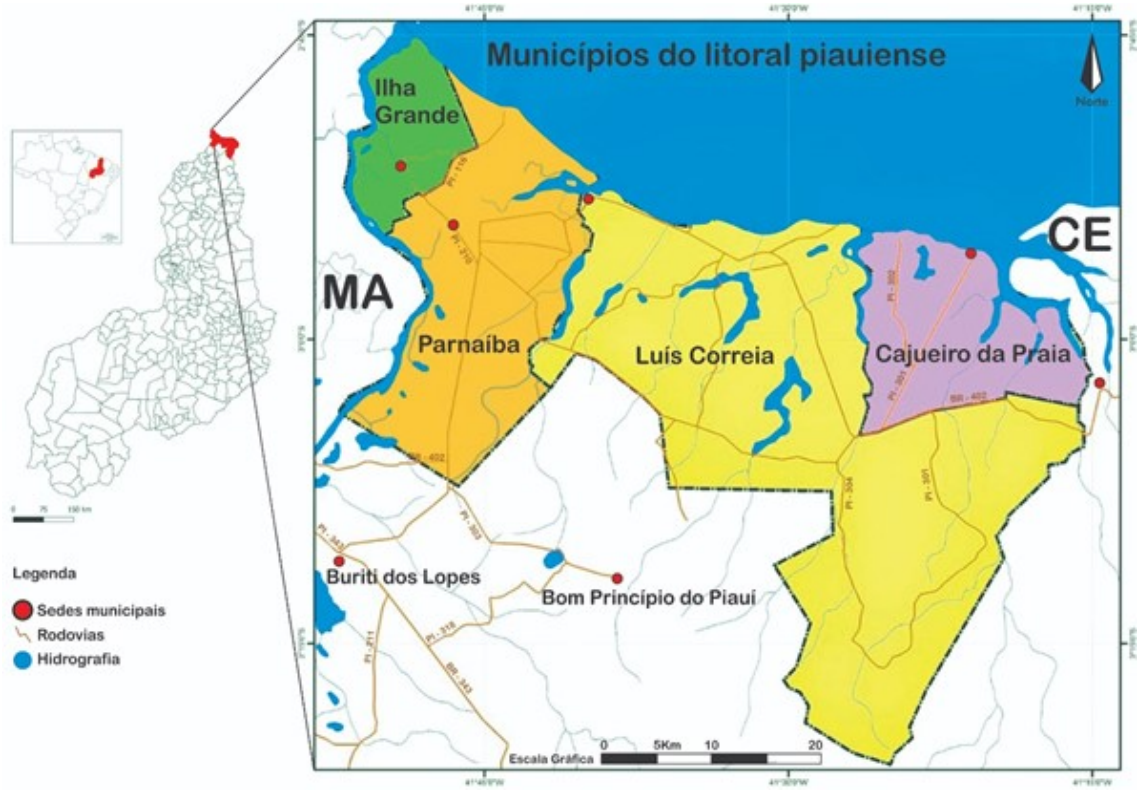
This is an open access article under the CC BY Creative Commons license
Copyright © 2021, Universidade Federal do Ceará.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma das principais atividades econômicas em escala global e nacional, com um setor que representou 10,4% do produto interno bruto (PIB) mundial, 8,1% do PIB brasileiro em 2018 (OMT, 2019) e a 3,5% do total de empregos da população economicamente ativa do Brasil (MARTORELL, 2020). Esta força econômica da atividade gera diversos, intensos e, por vezes, bruscos efeitos em diferentes formas nos núcleos receptivos, como impactos culturais, sociais, ambientais e econômicos. Na região Nordeste brasileira o turismo desponta como uma das principais atividades econômicas na maioria dos nove estados.

Porém, no Piauí, a atividade é ainda insipiente em escala estadual e ocupa uma posição periférica na visitação e promoção turística quando considerado o contexto do turismo na região Nordeste. Putrick (2019) ressalta que "o Piauí é o segundo estado da região Nordeste com menor número de turistas, atrás somente de Sergipe" e que o "o Piauí contribui apenas com "0,7% das viagens realizadas no Brasil, sétimo menor emissor de turistas, entre todas as Unidades da Federação. Em termos de geração de receitas turísticas, sua participação é de 0,8% do total do país" (PUTRICK, 2019, p. 87).

Este estudo é voltado ao entendimento das dinâmicas territoriais e dos impactos gerados pela atividade turística no litoral do Piauí, caracterizando a atividade, a concentração e a dispersão de estruturas espaciais a ela associadas nos quatro municípios que compõem a costa piauiense: Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia localizados na porção norte do estado, entre o Maranhão e o Ceará (MAPA 1).



Mapa 1 - Municípios do litoral piauiense. Fonte: Elaboração própria (2020). Fonte da base cartográfica: IBGE (2020).

O critério para definir a região foi baseado nos próprios limites estaduais do Piauí, nos municípios que estão no litoral do estado e na representatividade da região no cenário turístico. O mesmo recorte geográfico foi utilizado para análise da atividade turística por outros autores como Silva (2013), Martins Filho (2014), Borges (2018) e Putrick (2019). A região turística do Polo Costa do Delta se destaca no estado do Piauí como o principal destino turístico com um "papel decisivo para aumentar sua competitividade no mercado turístico e dotar o turismo piauiense de uma identidade forte" (PUTRICK,

2019, p. 127). Assim, objetivou-se analisar os impactos da atividade do turismo na região do litoral do Piauí como força produtora do espaço, compreendendo as relações dialógicas entre as condicionantes e os impactos desta atividade quando ela ocorre sem planejamento e gestão em escala local e/ou regional.

O método utilizado permitiu a delimitação de territórios turísticos com base em elementos objetivos como a existência e a localização da infraestrutura turística. A abordagem apresentada permite que o mesmo método possa ser facilmente aplicado em outras localidades para a identificação, a caracterização e a avaliação dos processos de territorialização e fragmentação espacial provocados pela atividade turística.

REVISÃO TEÓRICA: TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E OS TERRITÓRIOS USADOS E NEGLIGENCIADOS

Autores como Beni (2000), Boullón (1990, 2002) e Luchiari (1999) apresentam algumas das concepções mais consolidadas no campo acadêmico do turismo brasileiro, considerando o espaço turístico como aquele com concentração de turistas, de atrativos e de equipamentos turísticos, obedecendo a lógica de que a atividade turística determinaria as características da organização espacial nos núcleos receptores. A presença e a distribuição dos atrativos turísticos, empreendimentos e da infraestrutura turística foram as bases para a delimitação do que seria o espaço turístico definido por Boullón (1990, 2002). As etapas das análises apresentadas neste estudo são fortemente influenciadas por Boullón, especialmente a busca pelo entendimento da distribuição da infraestrutura turística no litoral piauiense.

Ao incorporar as dimensões social, cultural e ambiental para discutir o turismo, Beni (2000) apresentou um primeiro esforço de análise sistêmica do turismo no Brasil. O pioneirismo do autor estabeleceu as bases para a aproximação entre as teorias da complexidade de Morin (2000) e da análise sistêmica nos estudos de turismo como os conduzidos por Gontijo (2003) e Braga (2006, 2011). Em 2017, Beni e Moesch destacaram aspectos da teoria da complexidade como a visão interdisciplinar e hologramática para a análise do turismo, com o turismo abordado como atividade e/ou fenômeno. Ao sugerir uma organização sistêmica para o turismo, a abordagem complexa reuniu "aquilo que é separado pelas disciplinas tradicionais e cujo objeto é constituído pelas interações entre elementos e não mais pela sua separação" (MORIN, 2000, p. 199).

Sobre o princípio hologramático os autores ressaltam "o aparente paradoxo de certos sistemas em que não somente a parte está no todo, como também o todo está na parte" (BENI e MOESCH, 2017, p. 431). Morin exemplifica a abordagem hologramática ao lembrar que "o indivíduo é uma parte da sociedade, mas a sociedade está presente em cada indivíduo enquanto todo através da sua linguagem, sua cultura, suas normas" (MORIN, 2000, p. 205). Em relação ao olhar interdisciplinar, Beni e Moesch defendem que esta concepção vem ao encontro do método investigativo, pois "o turismo é bem mais que estas conceituações reducionistas sob olhar disciplinar as quais o caracterizam como setor/atividade dos estudos de econometria" (BENI e MOESCH, 2017, p. 432).

Mesmo reconhecendo que o turismo não se reduz a uma atividade econômica é preciso considerar que, "o turismo concretiza-se como um fenômeno socioespacial complexo, que tem como a face mais visível uma atividade econômica extremamente dinâmica e impactante" (FRATUCCI, 2014, p. 91). Além de mais visíveis, os aspectos econômicos do turismo fornecem variáveis mensuráveis, ao contrário dos impactos nas esferas cultural, social e ambiental que podem envolver questões subjetivas e de difícil mensuração. A própria espacialização e formação de territórios proposta nesta pesquisa só é possível por meio de pontos fixos no espaço e que correspondem, na sua maioria, a infraestrutura e empreendimentos turísticos. Por isso, há aqui uma centralização na questão espacial das atividades econômicas ligadas ao turismo para o estabelecimento dos territórios usados e negligenciados.

O conceito de territórios usados e negligenciados proposto por Santos e Silveira (2001) é aplicado por Cruz (2005) ao analisar as políticas nacionais de turismo a partir do ano de 1990 e seus rebatimentos espaciais. Para Santos e Silveira (2001) a categoria "território usado" é um sinônimo para "espaço geográfico". O termo "território usado" se aplica a "porções do espaço efetivamente usadas pela

sociedade e pelas empresas" (CRUZ, 2005, p. 28). Para Santos "o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (SANTOS, 2002, p. 10). Já o território negligenciado, definido pela autora como "par dialético" do território usado, são as porções "não exatamente sem uso, mas de algum modo esquivado, como uma espécie de reserva de valor ou, meramente, como uma porção do espaço sobre a qual não recaíram os interesses de sujeitos sociais hegemônicos" (CRUZ, 2005, p. 28).

Os territórios usados e os territórios negligenciados pelo turismo não serão abordados de forma dialética, mas dialógica, uma vez que a dialética segue a lógica do contraponto, do conflito; já a dialógica segue o entendimento da soma, da complexidade e da interação. Entender o processo de fragmentação territorial promovido pelo turismo e quais os diálogos existentes entre tais porções do espaço são os fundamentos da análise proposta para o entendimento da ação espacial da atividade no litoral piauiense. Não cabe aqui discussões epistemológicas sobre espaço e território, ambos conceitos que geram intensos debates na geografia. Os autores Cruz (2005) e Santos e Silveira (2001), adotaram os conceitos "território usado" e "território negligenciado" para referir-se a estas porções do espaço geográfico. Esta visão necessariamente impõe, conforme descreve Cruz (2005), uma abordagem empírica para identificar os rebatimentos espaciais das políticas públicas de turismo.

Para Fratucci (2014) a recursividade entre o turismo e as atividades econômicas relacionadas são resultado e/ou reflexo do "fenômeno socioespacial e não deve (ou não deveria poder) ser estudada, ordenada e planejada de forma separada dele" (FRATUCCI, 2014, p. 91). O fenômeno socioespacial do turismo resulta na "turistificação" de partes do espaço, produzindo territórios descontínuos que foram definidos nesta pesquisa conforme o seu grau de utilização/materialização da atividade turística.

Ao seguir esta corrente interpretativa, tem-se voltado para o turismo em regiões litorâneas como os estudos de Benseny (2006), Vieira, et al. (2019) e o de Pereira e Dantas (2019). Para esses autores a forma e o tipo de impacto gerados pelo turismo nos ambientes costeiros são característicos deste ambiente. Sobre o turismo em áreas costeiras identifica-se como padrão a substituição de atividades tradicionais por novos modelos de produção impostos pelo turismo: o processo de urbanização é acelerado e configurado para a especialização do espaço costeiro (BENSENY, 2006). A drástica mudança no uso da terra e a excessiva concentração da oferta de serviços turísticos na faixa costeira são fatores associados ao turismo e que também configuram espacialmente territórios usados e outros negligenciados.

As transformações no espaço costeiro, especialmente no Nordeste do Brasil, são destacadas por Pereira e Dantas (2019) ao considerarem a intenção de organizar trechos do litoral nordestino em função do que chamam genericamente de atividades turísticas como ação que provoca a diferenciação de espaços. Este processo, conforme os autores, é realizado por meio de investimentos privados para a construção de redes de hotéis e/ou empreendimentos de caráter imobiliário visando a ampliação do número de turistas nestes lugares. Como resultado deste processo, formam-se "trechos turistificados" no litoral brasileiro também usufruídos pelas populações locais. Abordando de maneira geral as transformações no litoral brasileiro os autores consideram, sobre a dinâmica de modernização no litoral, desde o final do século XIX, que este processo "caracteriza-se tanto pela produção de novas construções (calçadões, piers, passarelas), instalação de empreendimentos de lazer (restaurantes, hotéis, parques temáticos, aquários) e na reinvenção de práticas e sua devida adaptação à praia ou ao mar" (PEREIRA e DANTAS, 2019, p. 7).

Já autores do campo da geografia, como Sotchava (1977), Lefebvre (2006) e Mullins (1991), fornecem subsídios para entender que a organização espacial determinaria a forma de ação da atividade turística. Tais ideias seguem as proposições dos autores que diferenciam o turismo em regiões litorâneas das outras formas de turismo, pois enfocam seus estudos nas características espaciais como determinantes para a atividade. De acordo com Butler (2004), a reação de cada lugar à chegada dos visitantes é o maior determinante de sua estagnação ou mudança.

Como apontam Luchiari (1999) e Ouriques (2005), a atividade turística, ao se expandir para áreas rurais e naturais, expressa a sua característica autofágica transformando os recursos naturais em mercadoria alterando a percepção dos moradores, sobretudo em Unidades de Conservação Ambiental e em seu entorno. Um exemplo deste cenário é apresentado por Ouriques (2005): "a pesca se tornou

predatória; a terra, propriedade privada; e a mata, reserva ecológica que protege a si mesma, mas não o homem que dela faz parte" (OURIQUES, 2005, p. 71).

Ao descrever o processo de ocupação e/ou transformação do espaço pelo/para o turismo, Castrogiovanni (2013) afirma que o espaço é produzido, ocupado e transformado de acordo com modernas tendências. Para o autor as "áreas desocupadas, como montanhas, desertos, fundos de oceanos e mares são ocupadas ou apropriadas, destinando-se ao lazer para quem pode usufruir delas" (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 383), mas este uso não ocorre de forma aleatória "o valor de consumo do território inserido no espaço atende às tendências do mercado e, nem sempre, às necessidades sociais" (Op. cit.). Tais processos de produção, organização e/ou destruição do espaço descritos são análogos ao observado nas áreas mais visitadas do litoral piauiense e consideradas como "território usados" pelo e/ou para o turismo.

Ao complementar esse conceito, Ouriques (2005), definiu o turista típico como um trabalhador em férias, temporariamente fora de casa e "sua presença, muitas vezes incômoda para os habitantes dos lugares receptores é socialmente aceita e até estimulada economicamente" (OURIQUES, 2005, p. 46). O turismo não se diferencia de qualquer outra atividade econômica, pois produz territórios sob a mesma lógica capitalista insustentável de produção industrial (RODRIGUES, 1996; MORATAL et al., 2018).

A ordenação turística, resultante do processo de territorialização, é descrita como o uso "dos meios existentes no espaço turístico para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas" (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 382) e o "espaço turístico parece ser caracterizado pela dialogicidade entre as formas e os sujeitos de um lugar, inserido no tempo e na complexidade que é o mundo" (Op. cit.). O autor elenca seis características relacionadas ao definido como "urbanização turística" presentes nas ruas e caminhos destes espaços. Tais características fazem parte e podem servir para caracterizar e diferenciar os "territórios usados" dos "territórios negligenciados" pelo turismo.

Para a delimitação dos territórios usados pelo turismo Castrogiovanni (2013) elenca seis aspectos: 1) A facilidade de fluxo dos sujeitos e dos veículos (acessibilidade);[1] 2) A agradabilidade estética ou cênica;[2] 3) A paisagem construída e os caminhos;[3] 4) Os serviços urbanos;[4] 5) Os equipamentos de apoio ao Turismo[5] e, 6) O mobiliário urbano.[6] Todas estas variáveis, como será possível constatar posteriormente, foram observadas nas áreas com ocorrência de maior adensamento da infraestrutura turística nos municípios analisados.

Além dos autores previamente citados, os estudos de Carvalho e Moesch (2013), Antunes e Águas (2017), Martínez-Roget, Moutela e Núñez (2015) serviram de base bibliográfica preliminar, uma vez que possuem pesquisas contemplando a ação da atividade turística em espaços rurais e naturais, englobando grande parte da região definida para o estudo proposto. O turismo voltado para a natureza depende da relação dialógica entre a demanda turística e os condicionantes ambientais como a existência de praias, dunas, serras, rios, cachoeiras, mirantes e acessos propiciando ou não o seu desenvolvimento. Desta forma, devem ser analisados sob a perspectiva da complexidade.

Dentre os autores que tratam da transformação dos espaços rurais e naturais em urbano, destaca-se Corrêa (1995), por permitir uma fácil analogia entre as características dos espaços "urbano" e "turístico". O autor elege como agentes de produção do espaço urbano os proprietários dos meios de produção (sobretudo os grandes industriais), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1995). Esses agentes coincidem com aqueles formadores do "espaço turístico", conforme abordam Cruz (1999), Haesbaert (2004), Knafou (2001), Fratucci (2008, 2014), Molina (2007) e Freitas (2008). Os moradores dos núcleos receptivos, mesmo estando em áreas rurais, passam a conviver, por vezes passivamente, com dinâmicas e impactos de áreas urbanas, zonas de origem da maioria dos visitantes.

Ao abordar o fenômeno da "apropriação do solo urbano socialmente seletiva" apontada por Luchiari (2000), Fratucci (2014) descreve o processo de territorialização do turismo por suas características seletivas em relação a alguns elementos do espaço visitado, pois enquanto uns são valorizados outros são ignorados. Nesta mesma linha interpretativa, Putrick (2019) destaca as descontinuidades e as heterogeneidades como comuns no processo de urbanização, pois fenômenos "como valorização de espaços, em detrimento outras, denotam contradição no espaço e na sociedade" (PUTRICK, 2019, p. 85). Em síntese, as características de seletividade e descontinuidades descritas por Luchiari (2000), Fratucci (2014) e Putrick (2019) para os territórios turísticos foram consideradas

análogas aos conceitos de territórios descritos por Cruz (2005), Santos e Silveira (2001).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados secundários foram coletados em periódicos especializados e bancos de teses e dissertações em turismo, desenvolvimento sustentável e ciências ambientais. Os periódicos foram os mais procurados devido à sua regularidade de publicação, assegurando um fluxo contínuo de informações sobre os resultados de pesquisa e possibilitando, assim, a dinâmica do processo de conhecimento da área (ANSARAH e REJOWSKI, 1996; REJOWSKI, 2011). Devido ao caráter interdisciplinar dos estudos sobre o turismo considerou-se que "o ponto de partida é a interpretação crítica do que foi produzido até o momento e do que vem sendo produzido atualmente mediante a pesquisa em fontes bibliográficas e documentais" (DENKER, 1998, p. 37).

O levantamento de dados secundários partiu da análise bibliométrica, ou seja, a área de estudo abrangendo a análise de livros e publicações. Os artigos com as palavras chaves: "Parnaíba", "Luís Correia", "Ilha Grande", "Cajueiro da Praia" e "Piauí" combinadas com os termos "turismo", "meio ambiente", "sustentabilidade" e "desenvolvimento" foram pré-selecionados, resultando em um montante de 73 textos entre os artigos, dissertações e teses escritos nos últimos cinco anos com a temática do turismo no litoral piauiense. Os dados foram sistematizados e discutidos ao longo do trabalho.

Para a coleta de dados foram utilizadas as informações obtidas a partir do Inventário da Oferta Turística (INVTUR), realizado entre os anos de 2019 e 2020. O INVTUR é composto por um banco de dados padronizado do Ministério do Turismo do Brasil (BRASIL, 2006) que consiste no "levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística" (BRASIL, 2006, p. 10).

Todos os quatro municípios piauienses da Rota das Emoções possuem INVTUR. Cajueiro da Praia e Ilha Grande tiveram seus dados coletados no segundo semestre de 2019. Já as informações de Parnaíba e Luís Correia foram coletadas no primeiro semestre de 2020. A partir do inventário dos atrativos turísticos, dos equipamentos de hospedagem e do setor de alimentos e bebidas (A&B) dos municípios do litoral piauiense, foi possível mapear a infraestrutura turística da costa piauiense e analisar a concentração e dispersão destas estruturas. A infraestrutura foi analisada com base nos modelos de banco de dados e de indicadores apresentados por Goulart (2015), Lima (2015) e Reis (2018). A metodologia proposta também dialoga com o conceito de espaço sugerido por Santos (1997), em que a dinâmica entre os fixos e fluxos ordenam, significam e ressignificam as estruturas dispersas na região estudada.

Os dados primários coletados foram georreferenciados e representados em três diferentes escalas para possibilitar o entendimento da dispersão e/ou agrupamento da infraestrutura turística. As informações primárias oriundas dos trabalhos de campo foram complementadas e revisadas por fontes secundárias via GoogleMaps e Google Earth. As coordenadas geográficas e as informações sobre as infraestruturas foram organizadas em planilhas do software Excel e convertidas posteriormente para o formato shapefile. O software de Sistema de Informações Geográfica ArcGis 10.1 foi utilizado para a geração dos mapas. As bases cartográficas estavam na projeção UTM e no datum Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000 UTM Zone 23s). Utilizou-se as seguintes fontes: base arquivo shapefile da malha de cada município retirado do sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da empresa norte-americana Environmental Systems Research Institute (ESRI); o arquivo shapefile das rodovias do Piauí, retirado do sítio eletrônico do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); GoogleMaps (2020) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2020).

OS MUNICÍPIOS DO LITORAL PIAUIENSE X INFRAESTRUTURA TURÍSTICA

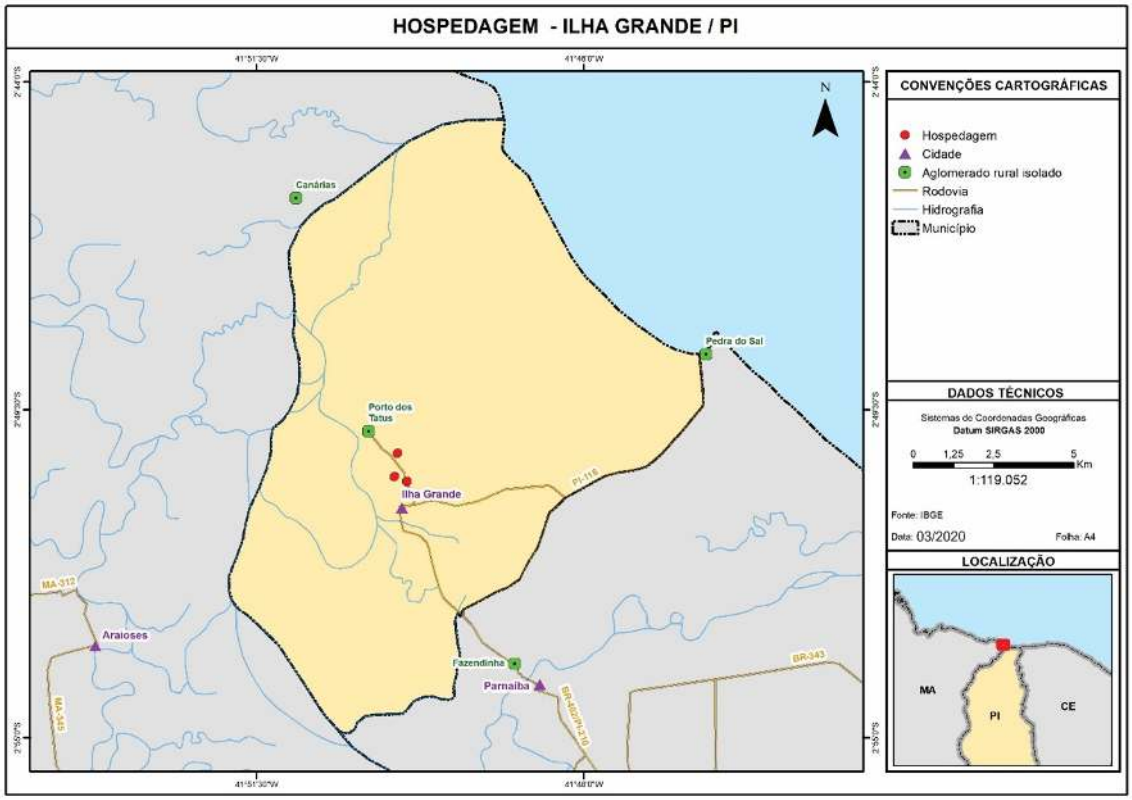
Cada um dos quatro municípios do litoral piauiense possui uma característica própria em relação

ao turismo. Como poderá ser observado nas descrições, a concentração e/ou dispersão da infraestrutura turística criou uma configuração específica para os municípios estudados. A seguir, é realizada uma breve contextualização histórica da atividade e a análise da infraestrutura turística em escala municipal.

ILHA GRANDE

Apesar de ser um município independente quanto aos aspectos políticos e ser o portal de entrada para o Delta do Parnaíba, Ilha Grande não dispõe de infraestrutura adequada para a comunidade local e nem para receber turistas. O município de Ilha Grande depende totalmente de Parnaíba, fazendo com que a sede municipal seja apenas um "local de passagem" para quem visita o Delta do Parnaíba (SILVA, 2009). Este ponto de vista é destacado por Borges (2018) ao afirmar que Ilha Grande depende turisticamente da cidade vizinha, Parnaíba, no que diz respeito à hospedagem, serviços de alimentação e bebidas e agenciamento de passeios locais, regionais e viagens.

O posicionamento de Ilha Grande em relação ao turismo se reflete na sua infraestrutura, pois em levantamento realizado no ano de 2015 o município não possuía nenhum meio de hospedagem (SILVEIRA, 2016). Já em 2018 havia dois meios de hospedagem (ROCHA, 2018), mas esta situação mudou pouco em 2020, quando o município contava com três meios de hospedagem (MAPA 2). O crescimento é menor do que o observado nos municípios vizinhos, mas acompanhou a tendência de crescimento percebida em todo o litoral do Piauí, especialmente quando compara-se os levantamentos realizados entre 2015 e 2020.



Mapa 2 - Meios de hospedagem em Ilha Grande, Piauí. Fonte: Elaboração própria (2020).

Sobre os equipamentos de A&B, Costa (2009) identificou oitos estabelecimentos em 2006, Rocha (2018) contabilizou três em 2018, porém no levantamento realizado em 2020, este número oscilou positivamente para sete. Em 2006 não existia nenhuma empresa de receptivo turístico (COSTA, 2009) e em 2020 as agências de turismo somavam três empreendimentos (ROCHA, 2018). O padrão de distribuição dos equipamentos de A&B é praticamente o mesmo dos meios de hospedagem e se espalham ao longo da principal via de acesso ao Porto dos Tatus. Apesar de pouco beneficiado pela

atividade turística o município de Ilha Grande sofre com a maioria dos impactos ambientais provocados pelo turismo no litoral piauiense. Os problemas observados são a presença do lixo, detritos e manchas de óleo das embarcações, a urbanização descontrolada da faixa litorânea e impactos espaciais com ocupação desordenada devido à construção irregular de casas de veraneio, bares e restaurantes (MARTINS FILHO, 2014).

O município tem atrativos culturais e naturais que podem diversificar sua oferta turística, como a Trilha de Caída do Morro (MELO et al., 2020), o Santuário Mãe dos Pobres (FIGUEIREDO et al., 2018), o artesanato local e os festivais dos mariscos e do caranguejo. A territorialização provocada pelo turismo é volátil, cíclica e se intensifica nos finais de semana e períodos de alta temporada quando o trânsito de pessoas entre Parnaíba e o Porto dos Tatus, local de saída e chegada do passeio ao Delta do Parnaíba, aumenta. Este fluxo excursionista se concentra na área urbana, mais especificamente no entorno das vias de acesso ao Porto dos Tatus, sendo que fora desse entorno pouco se percebe quanto à presença da atividade turística.

Outro fator importante sobre a dinâmica territorial em Ilha Grande é abordado por Milano (2013) ao descrever a ação de um grupo empresarial denominado "ECOCITY Brasil". Segundo o autor, desde 2008 esse grupo de capital transnacional tem um "projeto de turismo residencial, a ser desenvolvido em uma área de 80.000.000 m²" (MILANO, 2013, p. 135) prevendo a construção de complexos turísticos, um campo de golfe e vários polos de atração na Ilha Grande de Santa Isabel. O autor ainda destaca que a ECOCITY Brasil adquiriu 45% da área do município de Ilha Grande entre os anos de 2009 e 2013, afetando diretamente "os bairros Tatus, Saquinho e Labino e Pedra do Sal, pertencentes aos municípios de Ilha Grande e Parnaíba, respectivamente" (MILANO, 2013, p. 135). Milano ressalta também a forte rejeição por parte dos moradores locais e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ao projeto imobiliário.

PARNAÍBA

O município de Parnaíba[8] é o segundo maior em população e PIB do Piauí (BORGES, 2018). A cidade passou por intenso processo de desenvolvimento e, no ano de 2012, obteve o segundo maior PIB do estado, com valores acima de 847 milhões de reais (Cunha et al., 2014). Deste montante, pouco mais de 80%, somando um valor aproximado de 679 milhões de reais, foi gerado pelo setor de serviços, no qual se inclui o turismo.

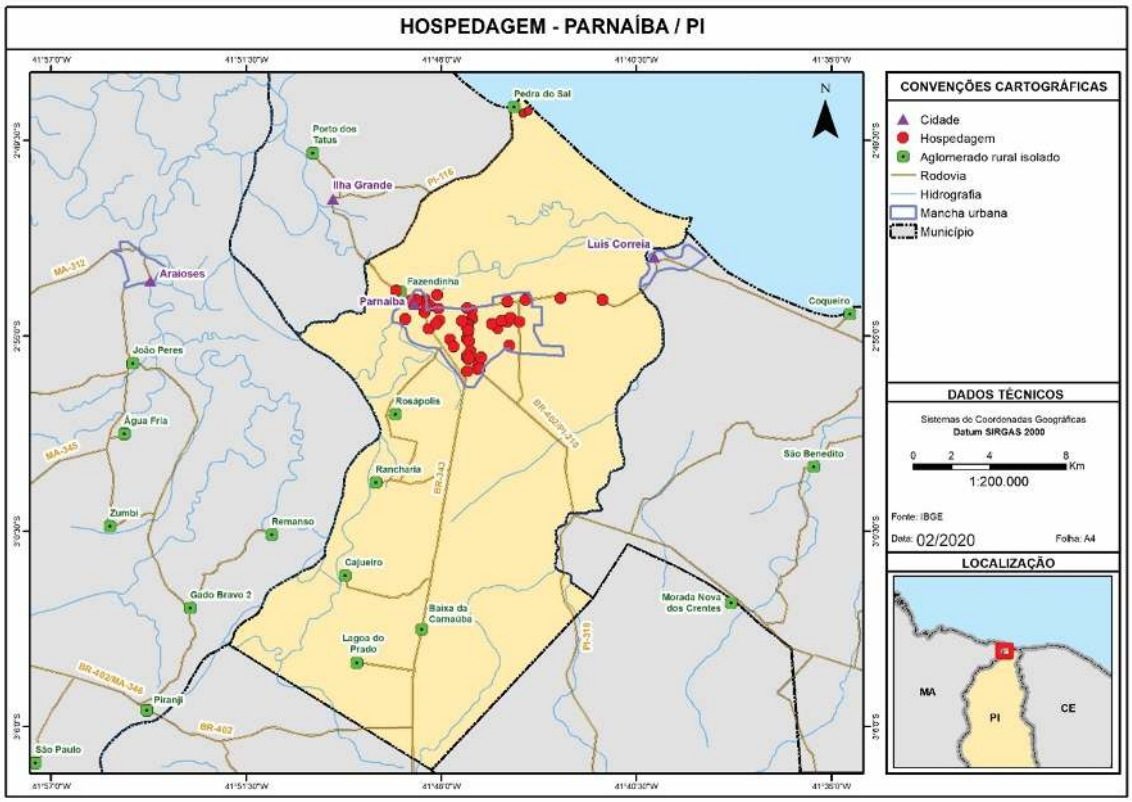
A história do município de Parnaíba e do Rio Parnaíba são quase um resumo da própria história do Piauí e podem ser considerados patrimônios cultural e natural brasileiros (PINHEIRO e CARVALHO, 2018). A bacia do Rio Parnaíba dá contornos ao estado e é de sul a norte protagonista na história e arranjos espaciais da porção oeste do Piauí. Possivelmente um dos maiores ícones da importância histórica do Rio Parnaíba é o Porto das Barcas, em Parnaíba, cuja história "se confunde com o apogeu econômico da cidade de Parnaíba, principalmente nos períodos da cera de carnaúba, do couro e da carne de charque, produtos de grande valor econômicos da época" (PERINOTTO e SANTOS, 2011, p. 216). O Porto está localizado no centro histórico da cidade e as edificações ali presentes são representativas do período colonial e imperial brasileiro, compondo um importante conjunto arquitetônico representativo da história piauiense e brasileira. Devido à sua importância, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) concedeu ao Porto das Barcas em 2011, por meio de tombamento, o título de Patrimônio Cultural Brasileiro[9] (CLEFFS et al., 2019).

Observa-se assim o papel centralizador da cidade de Parnaíba no litoral piauiense, sendo ela o centro de apoio mais relevante das atividades sociais, econômicas e de serviços da região (SILVA, 2013), sendo um importante polo de Turismo de Negócios,[10] de Estudos e Intercâmbio[11] e de Saúde.[12] Desta forma, Parnaíba é classificada pelo Ministério do Turismo do Brasil como o principal núcleo de suporte ao turista e um destino indutor do turismo regional dentre os quatro municípios pertencentes ao litoral (BORGES, 2018). A própria demanda interna do município já é responsável por grande parte da clientela dos bares e restaurantes da sede municipal e dos municípios vizinhos.

Apesar da sua importância local e regional Parnaíba tem um deficitário sistema de transportes. O aeroporto na cidade é subutilizado e oferece apenas dois voos semanais, disponíveis aos domingos e quartas-feiras, operados pela companhia Azul Linhas Aéreas Brasileiras.[13] O transporte intramunicipal é realizado por vans e ônibus muito antigos com poucos horários e frequência irregular. As viagens para

municípios vizinhos seguem o mesmo padrão de qualidade deficitária o que dificulta, por exemplo, o acesso das pessoas às praias, à Lagoa do Portinho e aos demais atrativos turísticos municipais e do entorno. Simplesmente não existe transporte para essas áreas em determinados dias e horários. O próprio deslocamento entre Parnaíba e a capital do estado, Teresina, é dificultado pelo monopólio da viação Guanabara que limita os horários e tem preços muito elevados nas viagens. Devido a este monopólio atualmente é mais barato e fácil viajar de ônibus de Parnaíba para Fortaleza, no estado do Ceará, do que de Parnaíba para Teresina. O Porto das Barcas praticamente não funciona mais para o transporte fluvial de passageiros e a maioria dos passeios turísticos saem pelo Porto dos Tatus, localizado no município vizinho de Ilha Grande.

Quanto aos meios de hospedagem, o quantitativo se manteve em elevação e, em 2015, o município contava com trinta e cinco hotéis e/ou pousadas (SILVEIRA, 2016). Mas foi entre os anos de 2015 e 2020 que se observou o crescimento mais acelerado e o total de equipamentos de hospedagem chegou a quarenta e oito em Parnaíba (MAPA 3).



Mapa 3 - Meios de hospedagem em Parnaíba, Piauí. Fonte: Elaboração própria (2020).

Mesmo com a visitação consolidada ao Delta do Parnaíba desde a década de 1980, o primeiro registro de infraestrutura turística encontrado referente à Parnaíba é de 2006. No ano de 2009 são citados um pequeno quantitativo de hotéis, pousadas e casas para aluguel: "Parnaíba conta com 10 hotéis, 4 pousadas, sendo que 1 deles é um centro recreativo que fica às margens da Lagoa do Portinho. Além de casas residenciais que são alugadas para a alta temporada" (SILVA, 2009, p. 51). Já em 2012, Santos et al. (2013) destacaram um rápido crescimento na oferta de meios de hospedagem e contabilizaram trinta hotéis e/ou pousadas. Outros empreendimentos associados ao turismo também tiveram aumento quando comparado com os dados de Santos et al. (2013): os equipamentos de alimentos e bebidas somavam cento e três estabelecimentos, um aumento expressivo ao confrontar com os dados de 2006, quando esses empreendimentos totalizavam vinte e cinco (COSTA, 2009). Em 2020 os equipamentos de A&B totalizavam duzentos e sete empreendimentos. Os equipamentos de agências de turismo somavam um total de oito entre os anos de 2011 e 2012 e, em 2020, totalizavam vinte entre agências receptivas e emissivas. Como comparativo, em 2006, o número de receptivos era de apenas seis empresas (COSTA, 2009).

Pode-se perceber, ao analisar o mapa, que os meios de hospedagem se distribuem por quase toda a área urbana de Parnaíba, ao contrário dos demais municípios, em que esta infraestrutura se concentra próxima a algum atrativo ou via de acesso. Em Parnaíba tais empreendimentos se diluem na mancha urbana. A única região da cidade com concentração de estrutura para o turismo de lazer é o Porto das Barcas, uma das poucas áreas preservadas do centro histórico de Parnaíba. Os demais serviços se dividem no entorno de hospitais, centros comerciais, rodoviária e aeroporto. Essa dinâmica da área urbana pouco se conecta ao distrito da Pedra do Sal, praia esta que atende, em sua maioria, ao público de excursionistas de Parnaíba. Os demais trechos da costa são ocupados por mangues e pelos geradores de energia eólica da empresa Ômega Energia, limitando o acesso e o uso da faixa litorânea para o turismo em Parnaíba.

LUÍS CORREIA

As atividades produtivas em pequeno número e pouco diversificadas são uma característica da economia em Luís Correia[14] (SILVA, 2013), com destaque para o turismo, a pecuária leiteira e a pesca. O município se apresenta em uma posição de extrema dependência de Parnaíba, agravada por sua pequena influência e força econômica (SILVA, 2013).

O município é o principal destino de Turismo de Sol e Praia[15] do Piauí. O turismo em Luís Correia fica restrito as suas praias e enfrenta grande sazonalidade ao longo do ano. Luís Correia, com 46 km de costa, possui a maior extensão litorânea das cidades do Polo Costa do Delta (BORGES, 2018). Apesar da dependência de Luís Correia em relação à Parnaíba, o sistema de transporte que liga os dois municípios é extremamente deficitário e realizado apenas por algumas poucas vans e linhas de ônibus. Os esparsos e irregulares horários de viagens, a condição precária dos veículos e os preços elevados das passagens são problemas enfrentados pelos usuários locais e turistas.

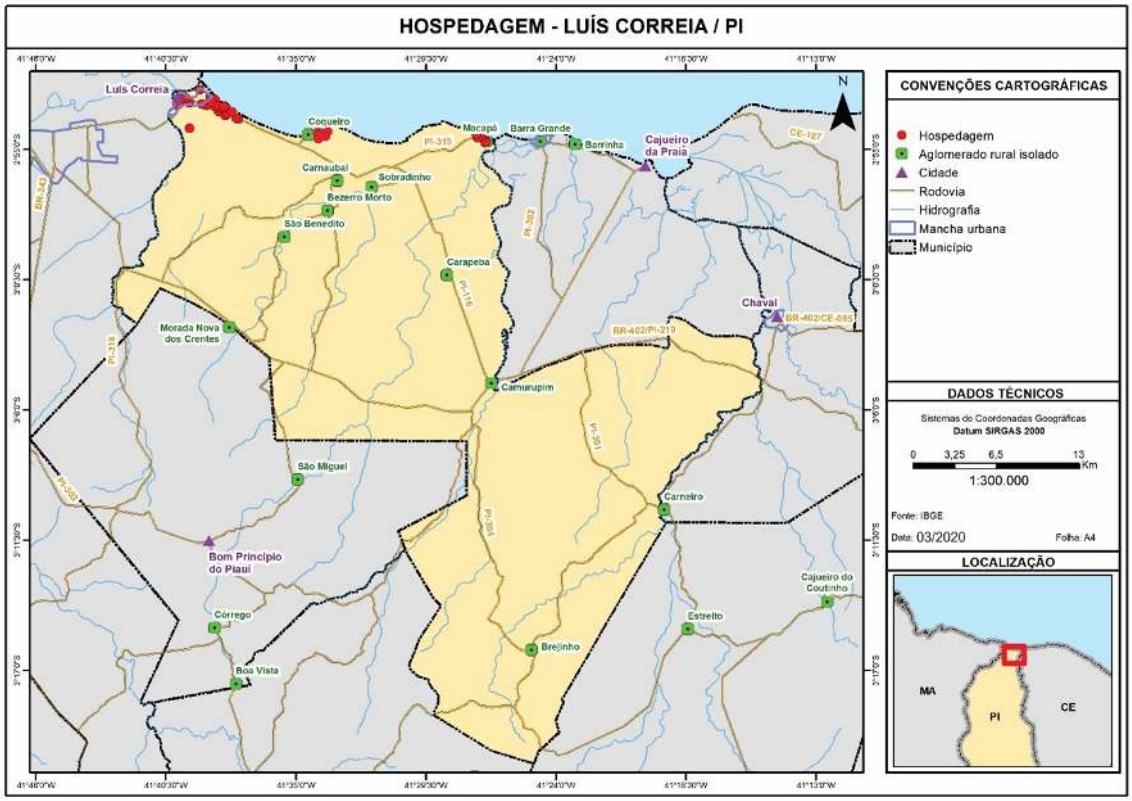
O modelo de Turismo de Massa[16] e de Sol e Praia têm trazido problemas como o acúmulo de lixo, a falta de água e luz nos períodos de alta temporada (dezembro, janeiro, fevereiro e julho) e a ociosidade da cadeia produtiva do turismo no restante do ano. Na praia de Atalaia esses impactos, principalmente os ambientais, são muito perceptíveis (SANTOS et al., 2013).

O Turismo de Massa já mostra sinais de decadência no município. No carnaval de 2020 as praias ficaram praticamente desertas e isso chamou a atenção dos empresários e prefeitos do litoral, especialmente em Luís Correia.[17] De acordo com os empresários do ramo nem o público do próprio Piauí tem optado pelas praias do estado devido aos preços altos, dificuldade de acesso e qualidade do serviço inferior aos oferecidos nos estados vizinhos do Maranhão e Ceará (SILVA, 2009).

A infraestrutura turística de Luís Correia seguiu a tendência dos demais municípios do litoral e também apresentou aumento durante o período analisado. Em levantamento realizado em 2006 foram identificados doze meios de hospedagem, em 2009 foi apontado a existência de sete meios de hospedagem (SILVA, 2009), em 2015 este número subiu para vinte e três (SILVEIRA, 2016) e, em 2020, para sessenta e seis (MAPA 4). O primeiro levantamento da infraestrutura turística do município de Luís Correia continha a descrição quantitativa de cinco hotéis, dentre eles um resort em fase de implantação na Praia do Coqueiro e dois complexos turísticos com restaurantes, bares, lanchonetes, área para festas e duas piscinas (SILVA, 2009, p. 51).

O número de habitações em Luís Correia consideradas de segunda residência é elevado se comparado aos demais municípios do litoral (MARTINS FILHO, 2014). Com base em dados do IBGE (2010), Martins Filho (2014) afirma que o percentual de domicílios de uso ocasional é de 27,91% para Luís Correia, 10 % em Cajueiro da Praia e de 3,53 % em Parnaíba. Não existem dados atuais sistematizados, mas este percentual corresponde ao observado em trabalhos de campo pela região. Em Ilha Grande e Parnaíba esse fenômeno não é tão perceptível e não ocupa áreas de forma tão aparente.

Sobre os equipamentos de A&B e as agências de turismo de Luís Correia não foram encontrados registros anteriores em outras pesquisas sobre o quantitativo existente no município. Em 2020 foram inventariados cinquenta e oito equipamentos de A&B e nenhuma agência emissiva ou receptiva de turismo. Entende-se que a inexistência de agências no município se deve a sua grande dependência em relação à Parnaíba e ao fato desse município ser o local de chegada da maioria dos turistas que visitam o litoral.



Mapa 4 - Meios de hospedagem em Luís Correia, Piauí. Fonte: Elaboração própria (2020).

A distribuição dos meios de hospedagem e equipamentos de A&B segue o mesmo padrão entre si e se concentra nas praias mais acessíveis. É possível notar a formação de três núcleos: na Praia de Atalaia, na Praia do Coqueiro e no eixo entre as Praias de Macapá e Maramar. Os demais trechos da orla de Luís Correia possuem difícil acesso limitando a visitação e a implantação de infraestrutura. A concentração de terras pelo mercado especulativo também se mostra um fator limitante para uma maior ocupação da faixa litorânea.

CAJUEIRO DA PRAIA

No município de Cajueiro da Praia[18] a atividade turística se tornou "imprescindível para a economia municipal devido aos empregos gerados no setor de prestação de serviços" (BARBOSA e PERINOTTO, 2011, p. 54). O distrito de Barra Grande concentra a maior parte da infraestrutura turística municipal e já é considerado por alguns autores como o principal destino turístico da costa piauiense (CUNHA et al., 2016). O distrito consegue manter os meios de hospedagem com média e grande ocupação por cerca de nove meses ao longo do ano fazendo com que o turismo se consolide como principal fonte de receitas para Barra Grande (CUNHA e SILVA, 2018). Em escala municipal, as principais atividades econômicas desenvolvidas no município são: a pesca, a carcinicultura – que é a criação de camarões em viveiros – e o turismo (SILVA, 2013).

O distrito de Barra Grande adotou uma dinâmica diferente das outras localidades do litoral piauiense e apostou nos segmentos de Turismo Esportivo,[19] de Aventura[20] e, mais recentemente, Gastronômico,[21] para atrair um perfil de turistas mais elitizado. É destacado por Rodrigues et al. (2019) o grande fluxo de turistas em Barra Grande que buscam práticas de "turismo de aventura, esportivo e ecoturismo. Pode-se citar, por exemplo, esportes como kitesurf, stand up paddle, canoagem, pesca esportiva com vara e nado livre, além da visita à trilha do cavalo-marinho" (RODRIGUES et al., 2019, p. 57).

Os primeiros visitantes de Barra Grande foram excursionistas e turistas oriundos, em sua maioria, do próprio estado do Piauí com origem em Teresina e Parnaíba, e do Ceará, vindos de Jericoacoara e Camocim (MACÊDO e RAMOS, 2013). Para Macêdo e Ramos (2013) o perfil do turismo local em

Barra Grande teve como fator decisivo a introdução do kitesurf, em 2005, a partir da visão do empresário Ariosto Ibiapina que, percebendo o desenvolvimento do esporte em Jericoacora, na costa cearense, abriu um modelo de pousada com instalações adequadas para o praticante desse esporte.

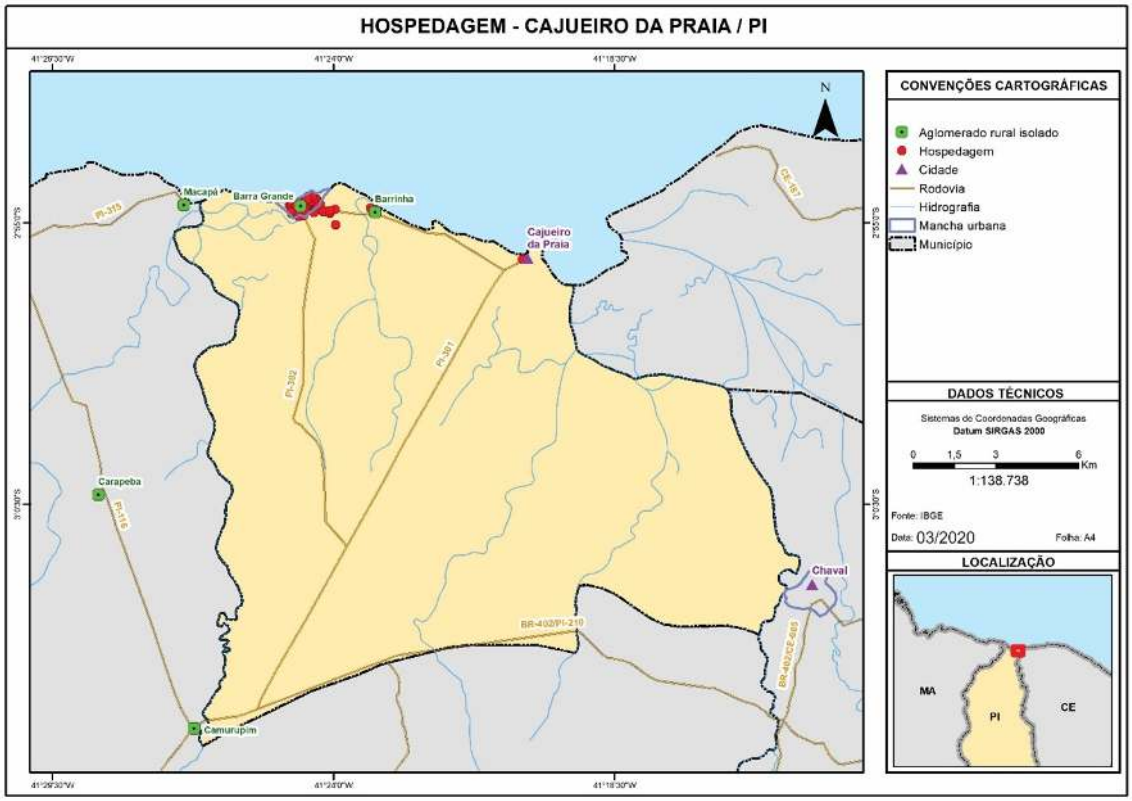
Assim, a infraestrutura turística do munícipio, para atender especialmente aos praticantes de kitesurf, foi se concentrando ao longo dos últimos quinze anos no distrito de Barra Grande. Os primeiros registros quantitativos de hotéis foram realizados por Carvalho (2010), Costa (2009) e Macêdo e Ramos (2013). Para o ano de 2001, Carvalho (2010), afirma existir apenas quatro pousadas no distrito. Tais dados foram atualizados por Costa (2009) atestando que até o ano de 2006 a praia de Barra Grande contabilizava um total de cinco pousadas. Em 2009, "o número de pousadas sobe para nove, totalizando 164 leitos. Em 2010, já se compatibilizam 13 pousadas, somando 242 leitos" (MACÊDO e RAMOS, 2013, p. 97). Carvalho (2010) relaciona o incremento dos leitos ao respectivo aumento no número de turistas entre 2001 (quatro pousadas existentes, com um total de 31 Unidades Habitacionais (UH's)) e 2007 (aumento do número total de UH's em 113%) e o crescimento no número de turistas de 1.941 (2001) para 4.134 (2007).

Dados coletados em 2009 consolidam a ideia de um crescimento constante na infraestrutura turística no povoado Barra Grande. Carvalho (2010) afirma que até julho do ano de 2009 existiam nove pousadas no povoado, algumas com padrão internacional, além de uma boa estrutura de bares e restaurantes na sua praia principal. No ano seguinte, em 2010, o distrito já era considerado referência para o kitesurf, atraindo praticantes originários de vários estados do país e também do exterior (CARVALHO, 2010).

Além da prática esportiva, o turismo em Barra Grande, desde os primeiros visitantes, se diferenciava do praticado em Luís Correia e Parnaíba. O público do distrito, já em 2005, buscava uma alternativa para o modelo de Turismo de Massa e de Sol e Praia ofertado nos municípios vizinhos: "a principal motivação das viagens ao local era a busca pela tranquilidade que o município passava. Os turistas se deslocavam para o município a fim de "fugir" das festas e badalações que o município vizinho, Luís Correia, oferecia" (CARVALHO, 2010, p. 478). Outras características do público de Barra Grande são destacadas por Cunha (2016) como o alto poder aquisitivo dos turistas formados por brasileiros e estrangeiros, bem como o padrão das pousadas e restaurantes que se adaptaram para atender a esse público.

A opção em direcionar os produtos e serviços turísticos para um determinado público aparentemente surtiu efeitos positivos para os empresários locais. O aumento de estabelecimentos, em todas as fontes e pesquisas consultadas, foi constante desde o ano de 2001 quando o distrito possuía quatro meios de hospedagem (CARVALHO, 2008). Em 2006 havia cinco (COSTA, 2009), no ano de 2009, nove (CARVALHO, 2010), em 2010 Barra Grande estava com treze (MACÊDO e RAMOS, 2013), em 2015 com vinte e seis (SILVEIRA, 2016) e no ano de 2020 com sessenta e três meios de hospedagem (MAPA 5).

Apesar da concentração da atividade turística acontecer basicamente em Barra Grande, Barrinha, um povoado a 3 km de distância do distrito, já começa a receber empreendimentos turísticos e ter uma identidade própria em relação ao turismo. A sede, ainda com praias pouco visitadas, também está em fase inicial de uso dos atrativos naturais como o turismo de observação do peixe-boi e do cavalo marinho, a visita ao maior cajueiro do mundo e o banho em suas praias preservadas. Os equipamentos de A&B, em 2019, correspondiam a sessenta e três empreendimentos, um volume grande de estabelecimentos quando comparado aos demais municípios do litoral piauiense.



Mapa 5 - Meios de hospedagem em Luís Correia, Piauí. Fonte: Elaboração própria (2020)

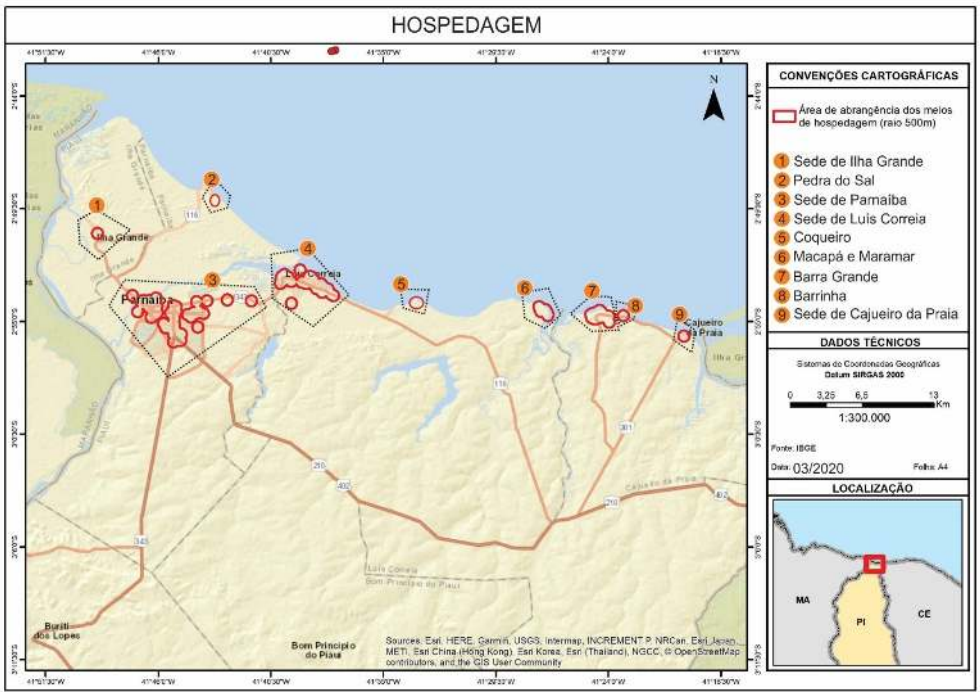
IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS USADOS E NEGLIGENCIADOS PELO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE

As quatro sedes municipais, por possuírem equipamentos urbanos e concentrarem os equipamentos e serviços públicos, foram consideradas territórios usados pelo turismo conforme teorias descritas anteriormente por Cruz (2005), Santos e Silveira (2001), e Castrogiovanni (2013). Esses territórios tiveram os contornos urbanos praticamente coincidentes com os meios de hospedagem (MAPA 6) e com os serviços de A&B (MAPA 7) e são representados pelas áreas "1 – Sede de Ilha Grande", "3 – Sede de Parnaíba", "4 – Sede de Luís Correia" e "9 – Sede de Cajueiro da Praia". As quatro sedes municipais são pontos de apoio de referência para o turismo, pois possuem a maior parte da infraestrutura básica como aeroportos, rodoviárias, bancos, supermercados, entre outros. Porém, cada uma ocupa um papel diferente na dinâmica do turismo em seus municípios.

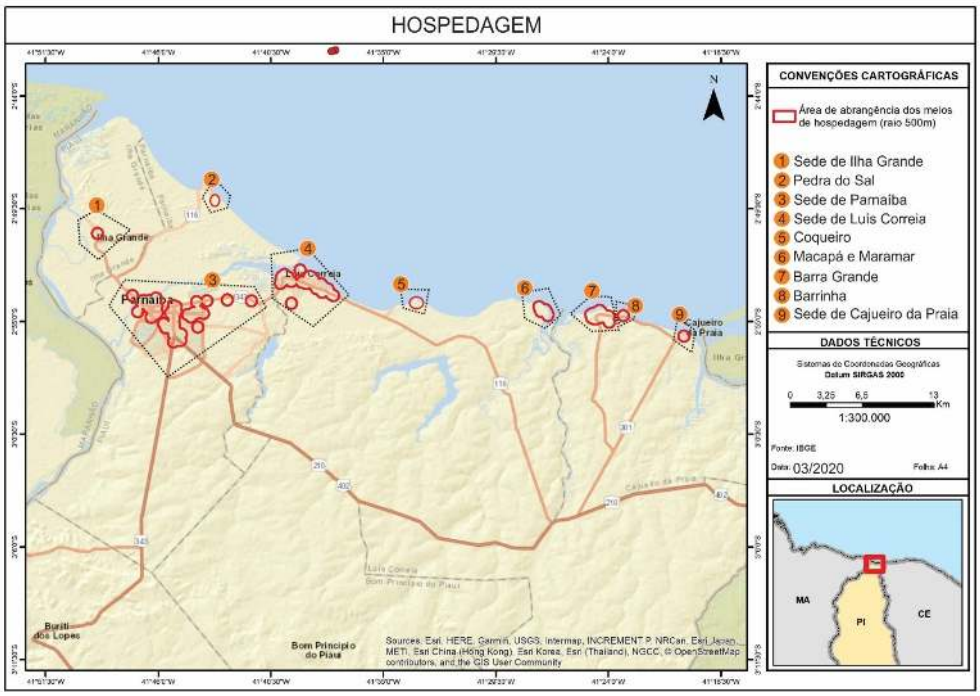
Na cidade de Parnaíba, correspondente ao ponto "3 – Sede de Parnaíba" (MAPAS 6 e 7), o turismo tem características voltadas para os segmentos de negócios, saúde e educação. A sede municipal concentra a maior parte da infraestrutura e é um importante ponto de apoio para a movimentação do fluxo de turistas em escala regional. As estruturas de A&B e meios de hospedagem operam de forma regular ao longo do ano, não sofrendo oscilações bruscas provocadas pelos períodos de alta e baixa estação como nos municípios vizinhos. Porém, Rocha et al. (2019) ressaltam que "é preciso uma maior articulação do âmbito estadual e municipal para o benefício da atividade [turística] no município de Parnaíba" (ROCHA et al., 2019, p. 715), novamente evidenciando a questão do isolamento como entrave para o desenvolvimento local.

Em Ilha Grande, referente ao ponto "1 – Sede de Ilha Grande" (MAPAS 6 e 7), há majoritariamente o movimento de excursionistas. Desta forma, a sede é, ainda, apenas um ponto de passagem e com pouca infraestrutura turística. É nesta pequena porção do território municipal que se concentra a circulação de visitantes e o comércio de artesanato. A sede municipal é como uma "cidade

dormitório" de segunda a sexta-feira e, aos finais de semana, recebe um público para visitar o Delta do Parnaíba.



Mapa 6 - Agrupamento dos meios de hospedagem nos territórios usados pelo turismo. Fonte: Elaboração própria (2020).



Mapa 7 - Agrupamento dos equipamentos de A&B. Fonte: Elaboração própria (2020).

Já no município de Luís Correia, análogo ao ponto "4 – Sede de Luís Correia" (MAPAS 6 e 7), a movimentação de turistas e a maior parte dos equipamentos de A&B e de hospedagem estão na orla marítima. Considera-se que este também é um reflexo da demanda de Turismo de Sol e Praia, de

segunda residência, de massa e sazonal predominante no município. Devido à sazonalidade, a maioria dos empreendimentos de A&B não consegue oferecer um serviço de qualidade constante ao longo do ano e os elevados preços cobrados já foram apontados em pesquisas realizadas como incompatíveis aos serviços prestados (SILVA, 2013). A maioria dos restaurantes da orla só funcionam aos finais de semana e mais da metade está fechado e/ou abandonado.

Diferentemente das sedes municipais citadas anteriormente, em Cajueiro da Praia (ponto "9 – Sede de Cajueiro da Praia") (MAPAS 6 e 7) existem poucos sinais da atividade turística na sede municipal. Com o turismo concentrado em Barra Grande (ponto "7 – Barra Grande") (MAPAS 6 e 7) a sede ocupa um papel de apoio para serviços básicos aos moradores. Pouca coisa mudou em Cajueiro da Praia desde a descrição feita em 2010 citando a existência da base do Projeto Peixe-Boi Marinho e que o "turismo de observação ainda está iniciando na localidade, que só possui três pousadas, de caráter familiar" (CARVALHO, 2010, p. 457). Apresentadas as sedes municipais, os demais cinco territórios caracterizados e seus respectivos pontos de identificação serão descritos na sequência.

A Praia da Pedra do Sal dá nome ao distrito de Parnaíba e está localizada a aproximadamente 21 km da sede de Parnaíba e a 16 km da sede de Ilha Grande (ponto "2 – Pedra do Sal") (MAPAS 6 e 7). Ela é a única praia com visitação no município e existe uma demanda histórica por parte da comunidade para que sejam realizadas obras de saneamento básico e de urbanização na praia. Este pode ser um reflexo da fé dos moradores nas grandes obras como solução para o desenvolvimento turístico. A ocupação irregular da orla marítima, o estado de conservação precário, a estética dos bares e restaurantes locais, o acúmulo constante de lixo e o entorno cercado por geradores eólicos contrastam com os contornos da praia emoldurados por formações rochosas e os pequenos barcos de pesca.

O território denominado "5 – Coqueiro" (MAPAS 6 e 7) engloba a praia e o bairro de Luís Correia de mesmo nome. A área urbana do bairro tem forte presença de casas de veraneio ou de segunda residência, bares e restaurantes. O público frequentador deste território é mais elitizado e isso se reflete no alto padrão de parte dos meios de hospedagem e restaurantes. Os signos presentes neste território, especialmente próximo à orla marítima, são esteticamente moldados para o público elitizado e, como define Castrogiovanni (2013), eles se destacam em relação a outros territórios por causar uma impressão visual agradável.

A porção territorial chamada de "6 – Macapá e Maramar" está localizada na divisa entre os municípios de Luís Correia e Cajueiro da Praia. O turismo aqui segue padrões semelhantes ao do "Coqueiro", porém de ocupação mais tardia e em um estágio ainda inicial da configuração de território usado pelo turismo.

A praia e o distrito que dão nome ao território "7 – Barra Grande" são as áreas de maior intensidade de fluxo e transformações provocadas pelo turismo no município de Cajueiro da Praia e até mesmo do litoral piauiense. A ascensão da visitação nesse território já foi percebida em Luís Correia, pois empresários dos territórios "4 – Sede de Luís Correia", "5 – Coqueiro" e "6 – Macapá e Maramar" perceberam o declínio no número de visitantes. Porém, o declínio do turismo em Luís Correia se associa mais ao modelo decadente de Turismo de Sol e Praia, enquanto o relativo sucesso de Barra Grande, em parte, se deve a aposta em outros segmentos como o Turismo Esportivo (kitesurf e windsurf), o Turismo de Aventura e o Ecoturismo[22]. Este território possui o maior adensamento de equipamentos de hospedagem e de A&B e concentra sozinho praticamente mais dessas infraestruturas turísticas que Parnaíba, a segunda maior cidade do Piauí. Ao contrário do observado na maior parte do litoral, Barra Grande é um destino em pleno processo de ascensão da atividade turística.

O território de Barrinha ("8 – Barrinha") se apresenta como destino turístico para um público ainda mais elitizado em comparação aos frequentadores de Barra Grande. A realidade já não é a mesma descrita por Carvalho (2010): "os povoados de Barrinha e Morro Branco não possuem nenhum tipo de meio de hospedagem, mas têm várias praias desertas e de beleza cênica singular, que se forem estruturadas podem atrair muitos turistas, movimento a economia local" (CARVALHO, 2010, p. 457). Atualmente em Barrinha observa-se diversos meios de hospedagem e serviços de A&B.

Dois aspectos são visíveis ao comparar os mapas de A&B e de meios de hospedagem: o primeiro é que as áreas são praticamente coincidentes; o segundo é a distribuição ligeiramente mais dispersa dos equipamentos de A&B em relação aos meios de hospedagem. Ao contrário dos meios de hospedagem que são utilizados exclusivamente por turistas, os equipamentos de A&B atendem aos moradores locais

e turistas.

Os meios de hospedagem se concentraram nas áreas "mais nobres" dos municípios, próximas de atrativos turísticos e vias de acesso. Apesar de seguirem um padrão semelhante, os equipamentos de A&B também estão presentes nas áreas periféricas das áreas urbanas dos quatro municípios.

Ao analisar em conjunto o quantitativo dos meios de hospedagem é possível constatar que ocorreu um processo de distribuição e desconcentração destas estruturas entre 2015 e 2020. Se até o ano de 2015 havia uma maior concentração de meios de hospedagem em Parnaíba (BORGES, 2018), este cenário se tornou mais homogêneo em 2020.

Parnaíba continuou recebendo novos empreendimentos, mas não acompanhou o ritmo intenso de Luís Correia e Cajueiro da Praia, que praticamente dobraram a sua capacidade hoteleira em cinco anos. Mesmo com características distintas quanto aos segmentos de turismo existentes em seus territórios, os quatro municípios tiveram incremento da sua infraestrutura de A&B e meios de hospedagem (FIGURA 1).

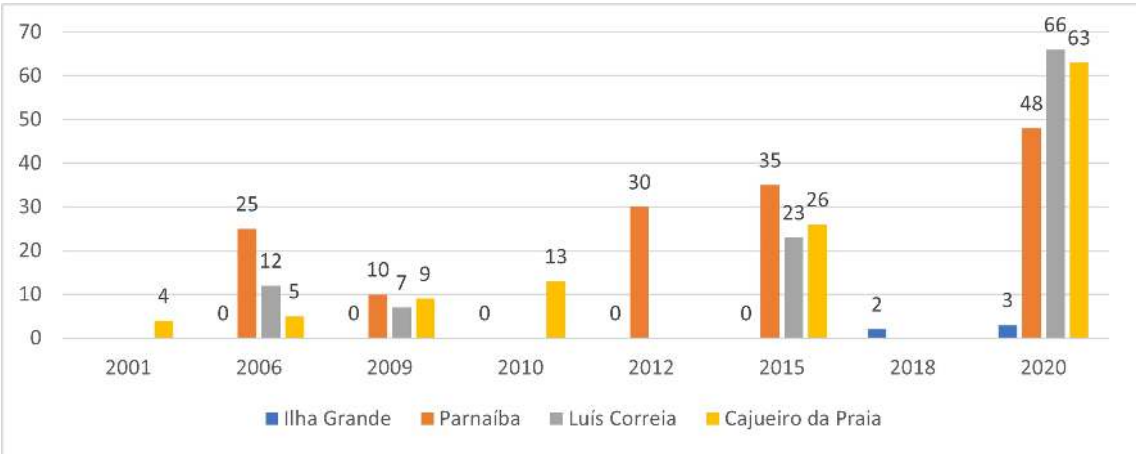


Figura 1- Evolução quantitativa dos meios de hospedagem por município do litoral piauiense. Fonte: Elaboração própria (2020).

O crescimento e a distribuição dos meios de hospedagem nos municípios da costa piauiense ocorreram com pouca interferência dos poderes públicos municipais e estadual. Não existe plano municipal de turismo em nenhum dos municípios, não ocorre ações planejadas de marketing e/ou nenhum esforço público para a divulgação ou o ordenamento da atividade turística em escala regional. Acredita-se que a distribuição da infraestrutura revela este cenário, pois ela é uma ação reativa dos mercados locais a demanda turística existente. Como não ocorreu planejamento, o número de hotéis apenas seguiu a pressão crescente da demanda nos últimos anos.

Os equipamentos de A&B acompanham a mesma tendência, mas também foram influenciados pelo grande crescimento econômico de Parnaíba entre 2010 e 2020. Borges (2018) ressalta que "no ano de 2011 a cidade de Parnaíba foi a que mais cresceu no Brasil, chegando a marcar 229% como índice de crescimento" (BORGES, 2018, p. 193). Em levantamento realizado em 2014, Martins Filho (2014) destaca como Parnaíba polariza a infraestrutura, os serviços e a população da região.

A polarização existente em Parnaíba ainda se mostra atual e reflete, em parte, a relação dialógica entre as características gerais de cada município e como a atividade turística se comporta em cada um. A relação dialógica entre estrutura básica e estrutura turística é, também, um dos componentes delineadores e formadores dos nove territórios apresentados. A falta de infraestrutura de Cajueiro da Praia, Ilha Grande e Luís Correia pode ser um dos motivos para o turismo ocupar de forma tão restrita os territórios municipais e se consolidar apenas em espaços com ocorrência de "bolhas" de infraestrutura básica e turística. Essas "bolhas" são os nove territórios usados pelo turismo e delimitados no mapa como os territórios de Ilha Grande, Pedra do Sal, Parnaíba, Luís Correia, Coqueiro, Macapá e Maramar, Barra Grande, Barrinha e Cajueiro da Praia.

CONCLUSÃO

Cada um dos quatro municípios do litoral piauiense tem características muito distintas, e, devido a isso, o papel deles no turismo regional também é diferente. Sob esse contexto foi possível, conforme o objetivo apresentado para este estudo, analisar os impactos da atividade do turismo na região do litoral do Piauí como força produtora do espaço, compreendendo as relações dialógicas entre condicionantes e impactos desta atividade quando ela ocorre sem planejamento e gestão em escala local e/ou regional.

Em linhas gerais, foi possível apresentar as caraterísticas de cada município e como elas influenciam na atividade turística. Ilha Grande é o menor e mais novo dos municípios do litoral e na dinâmica do turismo regional o município atualmente funciona apenas como um local de passagem e não possui infraestrutura turística, dependendo de Parnaíba para os serviços básicos. Porém, é em Ilha Grande o ponto de partida para um dos principais atrativos turísticos do Piauí: o passeio no Delta do Parnaíba.

O município de Parnaíba é o grande centro urbano regional da Rota das Emoções e possui a maior diversidade de hotéis, restaurantes e agências. É um centro de serviços, comércio, saúde e educação e boa parte da dinâmica local gira em torno dessas atividades. Luís Correia concentra a maioria das praias e é o destino de sol e praia consolidado do estado. Já Cajueiro da Praia tem a atividade turística concentrada no distrito de Barra Grande. Ao apostar em um público elitizado e voltado para os segmentos de Turismo de Aventura e Esportivo, Barra Grande desponta como um dos principais destinos turísticos do litoral piauiense.

Existe, com base nos dados levantados, um movimento dialógico entre a oferta de serviços nos municípios no litoral X demanda por esses mesmos serviços por parte dos turistas e entre as particularidades de cada município X a falta de integração regional. O Polo Costa do Delta, um projeto que agregaria os municípios do litoral e teria ações em conjunto para o desenvolvimento do turismo, ainda tem ações incipientes. Não existe uma coordenação regional para projetos simples como organizar a logística de transporte intermunicipal, o calendário de eventos ou a implantação de infraestrutura básica e turística.

Como cada município oferta um tipo de serviço seria possível, ao se implantar uma coordenação, o litoral piauiense oferecer um produto diversificado e motivar a permanência dos turistas por mais tempo na costa. Quando o Polo for efetivamente implantado o poder público e os empresários locais poderão deixar de ter uma ação reativa ao turismo e começar a planejar a coordenação e o desenvolvimento da atividade. Da mesma forma, os municípios precisam parar de se ver como concorrentes e compreender que todos são parte de um mesmo produto turístico que é o Polo Costa do Delta.

A fragmentação de ações e planejamento também se reflete nos territórios utilizados pelo turismo. Na maioria dos casos eles não se comunicam e possuem uma dinâmica própria mesmo em relação aos outros territórios no mesmo município, como é o caso da “Pedra do Sal” X “Sede de Parnaíba”; a “Sede de Luís Correia” (com a Praia de Atalaia) X “Coqueiro” X “Macapá e Maramar” e “Barra Grande” X “Barrinha” X “Sede de Cajueiro da Praia”. Isolados entre os territórios negligenciados pelo turismo, essas áreas possuem relações de dependência, como é o caso da “Sede de Ilha Grande” com a “Sede de Parnaíba”, mas não de colaboração e integração. A disputa pelos turistas torna essas áreas, apesar de tão diferentes entre si, concorrentes, dificultando o desenvolvimento do turismo e das atividades relacionadas.

Por fim, conforme o objetivo proposto, foi possível identificar a relação entre a demanda e a organização da infraestrutura turística em algumas áreas dos municípios e caracterizá-las como territórios usados pelo turismo. Nos territórios usados pelo/para o turismo no litoral piauiense foram caracterizadas as marcas deixadas pela atividade turística no espaço, a fragmentação causada pela seletividade dos territórios para o uso turístico e os traços das ações reativas do poder público, moradores e empresários frente a demanda dos turistas. A partir da análise apresentada espera-se que esta pesquisa possa subsidiar a tomada de decisão dos poderes públicos locais, moradores e empresários em relação aos impactos sociais e ambientais da atividade turística.

NOTAS

1- Devem ser observados os equipamentos turísticos e a facilidade ou não do movimento entre os mesmos e outros pontos de interesse por parte dos turistas (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 388).

2- É a impressão estética causada por usos residencial e comercial, as áreas verdes, as áreas industriais, a ordenação dos elementos que compões a cartografia da cidade, etc. Deve ser avaliado como são usados pelos diferentes segmentos os diferentes espaços urbanos; ambientes (determinados conjuntos do caminho que se destacam por causar uma impressão agradável. Pode ser um conjunto de prédios, o desenho das calçadas, a disposição de uma grande árvore, a arborização das margens de um riacho, etc.) (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 388).

3- São as impressões, os sentimentos que a paisagem sugere a partir da visão arquitetônica, da sua apresentação, da sua [re]construção inserida no tempo e no tecido espacial (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 388).

4- Arborização, água, esgoto, pavimentação, iluminação, limpeza pública, transporte público ou privado, águas correntes, etc. (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 389).

5- Restaurantes, bares, teatros, centros de informação, hotéis, bancos, parques, praças, comunicações, postos de gasolina, borracharias, farmácias, lojas de souvenires, centros de artesanato, etc. (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 389).

6- Placas de sinalização, mapas de orientação urbana, bancos de praça, paradas de ônibus, postes para iluminação pública, floreiras, lixeiras, quiosques, corredores verdes, limpeza do meio-fio, brinquedos nas praças, etc. (CASTROGIOVANNI, 2013, p. 389).

7- População estimada para 2020: 9.457 pessoas; PIB per capita (2018): R$ 7.744,85; IDHM (2010): 0,563. Fonte: IBGE Cidades (2021).

8- População estimada para 2020: 153.482 pessoas; PIB per capita (2018): R$ 12.787,32; IDHM (2010): 0,687. Fonte: IBGE Cidades (2021).

9- Os bens tombados estão agrupados em cinco setores, sendo eles: o Porto das Barcas e Galpões Portuários; o Conjunto Praça da Graça; o Conjunto Avenida Getúlio Vargas; o Conjunto Praça Santo Antônio e o Conjunto Estação Ferroviária (CLEFFS et al., 2019, p. 8).

10- O segmento de Turismo de Negócios e Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social (BRASIL, 2006, p. 45).

11- O segmento de estudos e intercâmbio: "Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional" (BRASIL, 2010, p. 15).

12- O segmento de Turismo de Saúde constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos (BRASIL, 2006, p. 52).

13- Entre 2020 e 2021 os voos foram suspensos pela Azul por alguns meses devido a pandemia de COVID-19.

14- População estimada para 2020: 30.438 pessoas; PIB per capita (2018): R$10.137,26; IDHM (2010): 0,541. Fonte: IBGE Cidades (2021).

15- O Turismo de Sol e Praia "constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor" (BRASIL, 2006, p. 43).

16- ARAÚJO e CARVALHO, (2013, p. 2) destacam aspectos do turismo de massa como o "destaque para os gastos moderados do turista no custo-dia; consumo de serviços e equipamentos de primeira categoria, mas não de luxo; meios de transporte incluídos nos pacotes; percurso e permanência mais curtos; menos gastos supérfluos com a viagem no período de férias; ocupação de hotéis de nível médio; e ampla utilização do sistema de crediário para financiar a viagem." Sobre o comportamento dos turistas, os autores afirmam que o turismo de massa "mantém o turista isolado de um ambiente acolhedor e das comunidades locais, e promove viagens em grupos guiados. Seus participantes encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade, pois apenas desfrutam da geração de

um 'pseudo-acontecimento' e esquecem do mundo real".

17- "Os barraqueiros das praias do litoral piauiense lamentam pela baixa frequência e queda nas vendas que estão muito aquém das expectativas para o carnaval de 2020". Fonte: Jornal 180° (2020).

18-População estimada para 2020: 7.674 pessoas; PIB per capita (2018): R$ 10.776,62; IDHM (2010): 0,546. Fonte: IBGE Cidades (2021).

19- Turismo de Esportes compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas (BRASIL, 2006, p. 26).

20- Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de ventura de caráter recreativo e não competitivo (BRASIL, 2006, p. 39).

21- O turismo gastronômico pode ser definido como "... uma vertente do turismo cultural no qual o deslocamento de visitantes se dá por motivos vinculados às práticas gastronômicas de uma determinada localidade". (GÂNDARA, GIMENES e MASCARENHAS, 2009, p.181).

22- O "Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações". (BRASIL, 2006, p. 8).

REFERÊNCIAS

ANSARAH, Marília Gomes R.; REJOWSKI, Mirian. Panorama do ensino em Turismo no Brasil: graduação e pós-graduação. Revista Turismo em Análise, v. 7, n. 1, p. 36-61, 1996.

ANTUNES, Carla Maria Rolo; ÁGUAS, Tiago Santana. Turismo em espaço rural: concelho de Monchique. Cadernos de Geografia, n. 36, p. 101-110, 2017.

ARAUJO, Lindemberg Medeiros; DE CARVALHO, Roberta Cajaseiras. O turismo de massa em debate: a importância de sua análise para o planejamento turístico do estado de Alagoas, Brasil. X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul, 2013.

BARBOSA, Andrea Geisa Pereira; PERINOTTO, André Riani Costa. Trilha ecológica do cavalo-marinho: ecoturismo em Barra Grande/PI. In: Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, v. 2, n. 1, 2011.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. rev. e ampl. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutscka. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. In: Turismo-Visão e Ação, v. 19, n. 3, p. 430-457, 2017.

BENSENY, Graciela. El espacio turístico litoral. Aportes y transferencias, Vol. 10, Núm. 2, sin mes, 2006, pp. 102-122, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina.

BORGES, Vicente de Paula Censi. Política Pública e Planejamento Estratégico do Turismo no Território Polo Costa do Delta: Um Modelo de Desenvolvimento Turístico. 2018. Tese de Doutorado. 00500: Universidade de Coimbra.

BOULLÓN, Roberto. Planificación del Espacio Turístico, 2ª. ed. México: Trillas, 1990.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Edusc, Editora da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2002.

BRAGA, Solano de Souza. O (Eco) Turismo como vetor de mudanças sócio-espaciais: estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras/Município do Serro/Minas Gerais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

BRAGA, S. S. A região da Serra do Cipó: complexidade, tempo e turismo. Dissertação de Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de Estudos e Intercâmbio: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BUTLER, Richard. The tourism area life cycle in the twenty-first century. A companion to tourism, p. 159-169, 2004.

CARVALHO, Stella Maria Sousa. A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia-PI. Revista Turismo em Análise, v. 21, n. 3, p. 470-493, 2010.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. Rosa dos ventos, v. 5, n. 3, p. 381-389, 2013.

CARVALHO, M. S., MOESCH, M. M. (2013). Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur), 6(2).

CLEFFS, A., MORAIS, A. P., BRAGA, S. S., GONÇALVES, M. F. As interfaces entre arte, artesanato e turismo. In: Anais do 11º mestres e conselheiros: educação para o patrimônio. Anais... Belo Horizonte (MG) UFMG, 2019. Disponível em: . Acesso em: 25/03/2020

COSTA, H. A. Mosaico da Sustentabilidade em Destinos Turísticos: cooperação e conflito de micro e pequenas empesas no roteiro integrado: Jericoacoara – delta do Parnaíba – Lençóis Maranhenses. Tese de Doutorado, 2009. UnB – Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1995.

CUNHA, José Maria Alves; SILVA, Marlúcia Valéria. O turismo global em Barra Grande (PI): novos processos socioculturais, multifuncionalidade e pluriatividade no espaço rural. Capa, v. 11, n. 2, 2018.

CUNHA, José Maria Alves; CARVALHO MÉLO, Inês; PERINOTTO, André Riani Costa. O turismo de base comunitária no desenvolvimento socioeconômico da comunidade Pedra do Sal, em Parnaíba–Piauí. Revista Turismo: estudos e práticas, v. 3, n. 1, 2014.

CUNHA, José Maria Alves et al. Turismo (in) sustentável em Barra Grande (PI): conflitos, impactos, desigualdade e exclusão social. REVISTA GEOGRAFAR, v. 11, n. 1, p. 152-173, 2016.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. Geosul, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 8° ed. São Paulo: Futura, c1998. 286 p.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar., A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo, Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Turismo e território: relações e complexidades. Caderno Virtual de Turismo, v. 14, n. 1, p. 87-96, 2014.

FREITAS, Claudia Lamounier. Política e Planejamento ´Sustentável do Turismo: uma análise do Circuito do Diamante, no Vale do Jequitinhonha-Minas Gerais. In: Herbe Xavier; Livia de Oliveira. (Org.). Dimensões Ambientais: A sustentabilidade do Turismo. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 2008, v., p. 9-322.

GÂNDARA, J.; GIMENES, M. H. e MASCARENHAS, R. Reflexões sobre o Turismo Gastronômico na perspectiva da sociedade dos sonhos. In: Panosso Netto, A. & Ansarah, M. (Org.). Segmentação do mercado turístico - estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, (2009).

GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado da Universidade de Brasília, CDS, Distrito Federal, 2003.

GOULART, Patricia Pascoal. Estudo da distribuição espacial dos atrativos turísticos como subsídio para proposta de zoneamento do Geopark Quadrilátero Ferrífero. Dissertação de mestrado, – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015.

LIMA, Carolina de Souza. Modelagem do potencial geoturístico dos distritos do município de Ouro Preto-MG. – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.Jornal 180°. Acessado: 16/04/2021, Disponível em: https://180graus.com/carnaval/litoral-piauiense-recebe-poucos-turistas-para-o-carnaval-de-2020?fbclid=IwAR3eThmqR3khDPNPTTjH8LUB9esBqb_43RroEHhi9gjOVUn9K9-6lzeLmA8

KNAFOU, R., 2001, Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo, in Rodrigues, A., Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais, São Paulo, pp. 62-74

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes et al. O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. 1999.

LUCHIARI, Maria Teraza Duarte Paes. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. Revista Turismo em Análise, v. 11, n. 1, p. 35-43, 2000.

MACÊDO, Ermínia Medeiros; RAMOS, Ricardo Gomes. O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, v. 2, n. 2, p. 89-107, 2013.

MARTORELL; Felio J. B. Políticas públicas de turismo Sostenible: perspectiva hispano brasileña. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.17 n.39 p.11-38, setembro/dezembro de 2020.

MARTINS FILHO, Jorge. Dinâmica espacial e condicionantes para o desenvolvimento dos serviços ligados ao turismo no Piauí: uma leitura geográfica da organização do espaço litorâneo, Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. 2014.

MARTÍNEZ-ROGET, Fidel; MOUTELA, José Alberto Tavares; NÚÑEZ, Juan Carlos Estévez. Chaves do êxito do Turismo em Espaço Rural (TER): evidências a partir da lealdade turística na Rede das Aldeias do Xisto. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n. 40, p. 65-81, 2015.

MILANO, Claudio. De espacio rural a espacio turístico: Una etnografía del desarrollo en el Delta de Parnaíba (Brasil). Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia, n. 18 (1), p. 128-143, 2013.

MOLINA, Fábio Silveira. Turismo e produção do espaço-o caso de Jericoacoara, CE. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. A Inteligência da Complexidade. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MORATAL, Moisés H. et al. El turismo como factor de desarrollo en el capitalismo del siglo XXI: impactos sociales y ambientales. Revista de Responsabilidad Social de la Empresa. 2018. Nº 28. Madrid, 2018.

MULLINS, Patrick et al. Tourism urbanization. International journal of urban and regional research, v. 15, n. 3, p. 326-342, 1991.

Organização Mundial de Turismo - OMT (2019). International Tourism Highlights 2019 Edition. Disponível em: https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284421152

OURIQUES, Helton Ricardo. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Alínea Editora, Campinas, SP, 2005.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley. Dos banhos de mar aos esportes nas zonas de praia e no mar. sea, v. 31, n. 1, 2019.

PERINOTTO, Andre Riani Costa; DOS SANTOS, Anna Karolina Pereira. Patrimônio cultural e turismo: um estudo de caso sobre a relação entre a população parnaibana e o Complexo Porto das Barcas. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 5, n. 2, p. 201-225, 2011.

PINHEIRO, Áurea P.; CARVALHO, Rita de Cássia Moura. Rede de museus de território na área de proteção ambiental Delta do Parnaíba. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, v. 8, p. 204-217, 2018.

PUTRICK, Simone Cristina. O turismo na rota das emoções e no desenvolvimento socioeconômico de municípios do estado do Piauí. Tese de doutorado em Geografia, UFPR, 2019.

REIS, Dayane Letícia Rodrigues. Modelagem do potencial geoturístico do Parque Estadual Serra do Rola Moça-MG. 2018. Dissertação de mestrado IGC/UFMG.

REJOWSKI, Miriam. Subsídios para elaboração de um Tesauro Brasileiro de Turismo. (2011). Disponível em: . Acesso em: 23 abr. 2015

RODRIGUES, Frederico dos Santos Brito; BRAGA, Solano S.; SILVA FILHO, Francisco Pereira. Impactos provocados pelo turismo na atividade de pesca artesanal no Rio Camurupim em Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí. Ateliê do Turismo, v. 3, n. 1, p. 55-66, 2019.

RODRIGUES, A.M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística, in: LUCHIARI, M.T.D.P. (org.). Turismo e meio ambiente. Coleção Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 31(2), 1997

ROCHA, Andreia Magalhães; MENDONÇA NÓBREGA, Wilker Ricardo; REZENDE FILHO, Mozart Fazito. Impactos da política de turismo no município de Parnaíba (PI): percepção de diferentes sujeitos locais. Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 11, n. 4, 2019.

SANTOS, Tercilene Moura; MELO, R. de S.; BRITO, Adriana Santos. Turismo e desenvolvimento sustentável na praia de atalaia (Luís Correia-Piauí-Brasil). Turydes, Revista de Investigación em turismo e desarrollo local, v. 6, n. 15, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura; Territorio, O Brasil sociedade no início do sáculo XXI. Editora Record, Rio de Janeiro y São Paulo, 2001.

SANTOS, M. O lugar e o cotidiano. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVEIRA, Shaiane Vargas da. Inventário das atividades características do turismo no litoral do Piauí. Parnaíba: Instituto Legatus, 2016.

SILVA, Maria Majaci Moura. O turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí. Tese do doutorado em Geografia. IGC / UFMG, 2013.

SOTCHAVA, V. B. Métodos em questão: o estudo de geossistemas. Universidade de São Paulo: Instituto de Geografia, 1977.

VIEIRA, Anderson Fontenele; LOPES, Wilza Gomes Reis; ARAÚJO, José Lopes. Indicadores ambientais aplicados ao turismo: um estudo na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia (PI). Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 12, n. 2, 2019.